

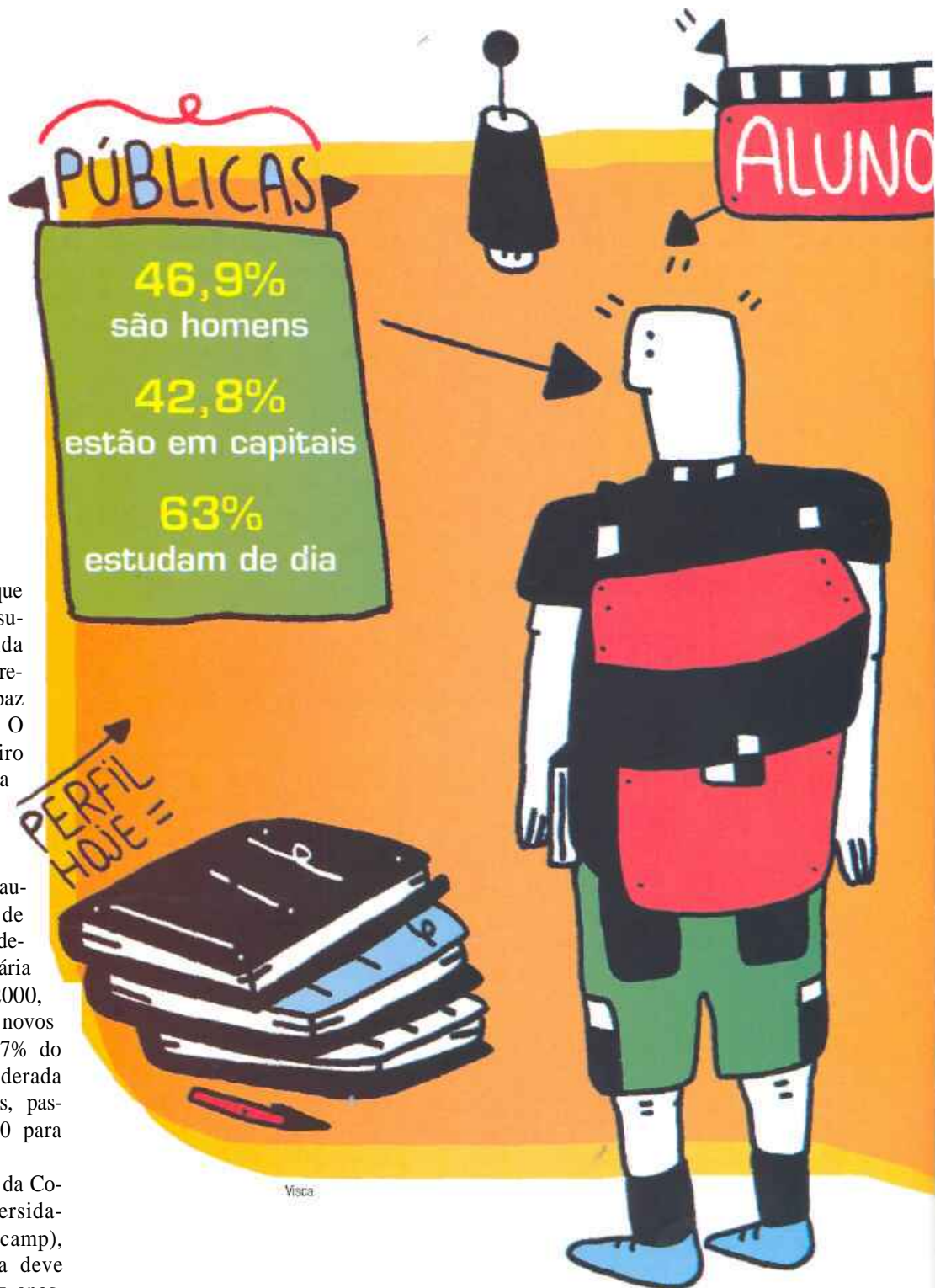
A difícil vida uni

O graduando brasileiro é mais velho do que a faixa etária ideal e se divide entre o estudo e o trabalho. A dificuldade de abranger classes sociais mais baixas também é sentida por outros países

O perfil do alunado que chega ao ensino superior no Brasil ainda reflete a demanda reprimida que o país não foi capaz de atender durante alguns anos. O estudante universitário brasileiro é mais velho que a faixa etária ideal de 18 a 24 anos, trabalha e tem renda familiar mensal de até dez salários mínimos.

Segundo dados do Inep, o aumento de 61,9% no número de ingressos entre 2000 e 2006 se deveu, principalmente, à faixa etária dos 25 aos 29 anos. No ano 2000, eles representavam 15,9% dos novos estudantes. Em 2006 eram 18,7% do total. Os ingressantes da considerada faixa adulta, acima dos 25 anos, passaram de 35,81% no ano 2000 para 39,73% em 2006.

Para o coordenador adjunto da Comissão de Vestibulares da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Renato Pedrosa, a tendência deve se manter por pelo menos dez anos.



versitária



39,73% dos alunos que entram no ensino superior têm mais de 25 anos

...

53,6% estudam em universidades

...

As mulheres passaram a frente dos homens no ensino superior: **55,7%** do total de estudantes é do sexo feminino

...

Os universitários trabalham cada vez mais. Em 2004, 25% declararam trabalhar ou já ter trabalhado em tempo integral. Em 2006 esse índice era de **53,7%**

...

87% das famílias dos alunos das instituições públicas estão na classe C ou acima

...

A renda familiar mensal de **73%** dos estudantes do ensino superior não ultrapassa dez salários mínimos. Em 2004, o índice era de 69,5%

...

No ensino a distância, **39%** trabalham e ajudam a sustentar a família e **43%** têm renda familiar de até três salários mínimos

Tecnólogos na contramão

Os cursos de tecnologia, que sempre receberam estudantes mais velhos, começam a passar pelo movimento inverso: conseguem atrair cada vez mais alunos da faixa etária de 18 a 24 anos, que acabaram de sair do ensino médio. "O crescimento do setor já está baseado na faixa etária ideal. Estamos chegando cada vez mais perto desse índice", comemora Fernando Leme do Prado, presidente da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (Anet).

Por outro lado, o ensino a distância continua a ser uma das modalidades que mais absorvem alunos que voltaram a estudar alguns anos após a conclusão do ensino médio. De acordo com o Censo 2006, a idade média dos estudantes de EAD é de pelo menos dois anos a mais do que na presencial, podendo chegar a uma diferença média de até seis anos para alguns cursos.

A maioria dos alunos de ensino a distância é casada (52%), tem dois ou mais filhos (44%), mora com a esposa e filhos (61%), tem renda familiar de até três salários mínimos (43%), trabalha ou já trabalhou em tempo integral (61%) e cursou todo o ensino médio em escola pública (67%).

"Essa mudança tem um pouco a ver com o crescimento registrado desde a década de 90. Tanto o setor privado quanto o público cresceram. A outra questão é de ordem socioeconômica. A maioria dos alunos primeiro trabalha para depois procurar o ensino superior."

Se retardam a entrada no sistema porque foram para o mercado de trabalho, quando voltam a estudar, os novos alunos não largam o emprego. O questionário socioeconômico realizado pelo Inep durante a aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) revela que 53,7% tanto dos que entram como dos que concluem o ensino superior trabalham ou já trabalharam em tempo integral. Em 2004, esse índice era de 25%.

O aumento da participação da rede privada no setor também influencia o perfil dos alunos que chegam à graduação. Em 1997, das 1.945.615 matrículas, 60,98% estavam na rede particular. Dez anos depois, esse índice subiu para 74,14%. Alunos das instituições públicas e particulares têm perfis distintos.

Segundo o Censo 2006, 63% dos alunos das públicas estudam durante o dia

e freqüentam a instituição em alguma capital do país. Nas particulares, 69,2% estudam à noite e a maior parte das matrículas está em cidades do interior, assim como no caso das instituições municipais. O único tipo de instituição que mantém predominância de matrículas na capital são as federais, com 67% dos alunos em grandes cidades.

Do total de alunos, 53,6% estudam em universidades, seguidos por 30,8% em faculdades integradas e 15,6% em centros universitários.

A predominância das mulheres se dá em todo o sistema. Elas respondiam por 55,7% das matrículas em 2006, sendo que nas instituições particulares a participação é mais acentuada (56%).

O estudo *Os Determinantes da Freqüência à Rede Particular de Ensino e dos Gastos com Educação no Brasil*, realizado pelo professor e pesquisador do Ibmecc-São Paulo, Naércio Menezes, e por Andréa Zaitune demonstra que a rede pública de ensino superior continua a agregar as classes mais altas. Além da renda, ele também levou em

consideração o nível educacional da mãe do aluno, indicador utilizado em levantamentos internacionais.

A conclusão é que 56,91% das mães de alunos do ensino superior na rede pública possuem mais de nove anos de estudo e 87,13% das famílias estão na classe C ou acima. "Os alunos mais educados e mais ricos estão nas federais. Mas eles também estão nas particulares. Só que eles estão espalhados, não vão para as mesmas instituições", diz Naércio.

O pesquisador ressalta que essa dispersão se dá em todo o sistema educacional de nível superior brasileiro, que apresenta menos dicotomia de classes do que os níveis anteriores. "A renda é o principal ponto para a escolha do setor privado no ensino básico. No ensino superior não é tão importante", diz.

O movimento de "deselitização" do ensino superior pode ser percebido pela média de respostas entre ingressantes e concluintes do Enade. Segundo o questionário, o número de alunos com renda familiar mensal de até dez salários mínimos representava 69,5% do total em 2004. Em 2006, esse índice era de 73,1%.

Apesar de mais democrático, o ensino superior brasileiro ainda não conseguiu atingir de maneira significativa as classes C e D. Dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelam que a dificuldade de classes sociais mais baixas atingirem o ensino superior é um problema comum em diversos países.

Ao medir a situação socioeconômica de estudantes em níveis de educação mais altos de acordo com os antecedentes educacionais de seus pais, o estudo apontou que na Alemanha, Áustria, França, Portugal e Reino Unido os filhos de pais que alcançaram os níveis educacionais mais altos têm uma probabilidade no mínimo duas vezes maior de alcançar esse nível do que os pares que não têm o mesmo perfil familiar. A Irlanda e a Espanha destacaram-se como provedores do acesso mais equitativo à educação superior. ●